

-----ATA NÚMERO 7/2015-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM DEZANOVE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E  
QUINZE.**-----

-----Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Domingos Manuel Martins Rodrigues, Dr. Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Dra. Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Eng. Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e Eng. João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente a Dra. Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.--

---Presente ainda o Senhor Énio Dionísio Vieira Martins, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Vereador Dr. Artur Alberto Fernandes de Andrade, da CDU.-----

---Além dos acima referidos, estiveram presentes nesta reunião o Chefe de Gabinete, Dr. Miguel Iglésias, e os Adjuntos da Presidência e Vereação, Dra. Andreia Caetano, Énio Gouveia da

Câmara, Dr. João Beja e Dra. Sandra Silva, bem como o Técnico Superior Dr. Américo Silva.-----

---Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

**AUSÊNCIAS:** - Não esteve presente o Senhor Vereador Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade, cuja falta foi justificada pelo Senhor Presidente.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**INTERVENÇÃO DA VERAÇÃO:** - O Senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo da alteração na delegação de poderes face à nova orgânica da Câmara Municipal. Enumerou as principais alterações, designadamente: que a senhora Vice-Presidente fica com o pelouro do ambiente; o senhor Vereador Domingos Rodrigues com o trânsito e democracia participativa; a Senhora Vereadora Madalena Nunes com os recursos humanos; o Senhor Vereador Miguel Gouveia com as águas e o Senhor Presidente com o turismo.-----

-----Deu também a conhecer em que fase se encontra o Orçamento Participativo, tendo o Senhor Vereador da Mudança, Domingos Rodrigues, explicado que a fase de análise técnica já terminou, seguindo-se a fase de votação por parte da população dos vinte e

sete projetos, que irá decorrer entre vinte de fevereiro a vinte de março, existindo dez locais de voto, que foram enumerados, sendo nove fixos e um itinerante (autocarro), o qual foi adquirido e adaptado para o efeito.-----

-----O Senhor Presidente acrescentou que dos vinte e sete (27) projetos serão escolhidos os três mais votados, sem prejuízo de ainda outros serem aceites se não for esgotada a verba atribuída de trezentos mil euros em sede de Orçamento.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, pediu a palavra e perguntou que procedimento esteve na base da aquisição do autocarro e qual o seu valor, tendo o Senhor Vereador da Mudança, Miguel Gouveia, respondido que foi no valor de 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros) incluindo a pintura e por ajuste direto.-----

----- - Iniciando a sua intervenção, o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, referiu o facto de ainda não terem tido conhecimento das nomeações para os cargos de chefia, em regime de substituição, solicitando a referida lista assim como a distribuição física dos novos serviços.-----

-----Respondendo, o Senhor Presidente informou que as nomeações iriam ser disponibilizadas, assim como as plantas com a distribuição física dos serviços. -----

----- - O Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, lembrou que ainda não recebeu o relatório interno sobre o PDM, o mapa de distribuição dos serviços, bem como a informação das prestações

de serviços a advogados para eventual proposta de avençados.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, sugeriu, face à passagem dos cinco anos da tragédia do vinte de fevereiro, que a Câmara Municipal efetuasse um levantamento de todas as situações que ainda se encontram por resolver, nomeadamente a situação dos cursos de água, zonas de risco, o número de famílias que continuam por realojar, bem como uma resolução sobre o pagamento do IMI de uma moradia afetada pela intempérie.-----

----- - Sobre este assunto, o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, informou que o casal proprietário da citada moradia assinou um protocolo para ajuda na reconstrução de muros, através do PRID. -----

----- - Ainda sobre esta questão, o Senhor Vereador da Mudança, Domingos Rodrigues, informou que o processo iria ser reavaliado, equacionando a possibilidade de um apoio ao nível da execução de um projeto por parte da Câmara Municipal.-----

----- - O Senhor Presidente concluiu, afirmando que iria ser feito um levantamento e inventariação das necessidades que advêm daquela catástrofe. -----

----- - Prosseguindo no uso da palavra, o Senhor Vereador da Mudança, Domingos Rodrigues, referiu que após um deslizamento de terras se dá a estabilização. No caso da moradia, a pretensão é a construção de um muro de suporte que pode não ser a melhor solução, mas outras hipóteses existem sendo a plantação de

vegetação um exemplo. Disse que a avaliação do vinte de fevereiro passa muito pela reação das pessoas e as soluções mais adequadas, ficando mais barato realojar as famílias noutros lugares que estabilizar taludes.-----

-----Terminou dizendo que existe a ideia de que a construção de estradas no meio da dispersão habitacional é uma solução. “Não podemos aceitar o prolongamento da dispersão habitacional pela razão de vir a criar mais construção em zona de risco. Há que mudar este paradigma em que as pessoas estão metidas no meio da floresta e com riscos acrescidos incluindo fogos florestais”, salientou.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, usando da palavra, disse que as acessibilidades construídas foram para colmatar os acessos, e é necessário não esquecer que as pessoas estão lá. Deu exemplo do sítio de São João Latrão que tem mais de trezentos (300) residentes, número que consta das mesas de voto. Disse que se orgulha do investimento de mais de um milhão de euros efetuado pela Câmara anterior, que veio permitir o acesso de transporte público, sendo a favor da criação de novas acessibilidades. Frisou que as famílias que vivem nessas zonas gostam de lá viver, não podendo serem obrigadas a sair.-----

----- - Respondendo, o Senhor Vereador da Mudança, Domingos Rodrigues, disse que nunca afirmara que se retirassem as pessoas, falando antes em reabilitar mantendo-as e condicionando novas habitações.-----

----- - Seguidamente o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, alertou para a falta de sinalização partilhada entre automóveis e ciclistas na ciclovia, entre o Jardim Panorâmico e o Fórum tendo o Senhor Presidente respondido que iria ser efetuado um reforço da sinalização no local.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, o Senhor Vereador da CDU, Ênio Martins, lembrou a aprovação da redução das taxas de publicidade e outras associadas ao comércio em 50% e a adenda feita a essa deliberação no sentido da divulgação das mesmas por parte das Juntas de Freguesia e de outros serviços camarários, assim como da disponibilização dos formulários para preenchimento dos pedidos de isenção. Relacionou diretamente esta questão com os comerciantes da zona do Largo do Pelourinho e zonas adjacentes que não têm conhecimento desta isenção. Terminou questionando se esta medida foi efetivamente implementada.-----

-----Concluindo a sua intervenção referiu que na Travessa da Terça, número cinquenta e oito de polícia, existem algumas árvores de grande porte que estão a pôr em causa a segurança dum moradia.-----

----- - Respondendo às questões colocadas, o Senhor Presidente afirmou, quanto às taxas publicitárias, que foi efetuada a divulgação e que os requerimentos estão a ser feitos por parte dos comerciantes. Em relação ao segundo assunto, informou que os serviços iriam averiguar a situação.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

**1 – PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADES SÉNIORES:** - A Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, apresentou e fundamentou a proposta, afirmando que esta parceria seria benéfica para a Universidade Sénior do Funchal.-----

---Intervindo, a Senhora Vereadora do PSD, Vanda de Jesus, questionou acerca do apoio financeiro prestado pela Câmara Municipal do Funchal, ao nível de custos de deslocação, alimentação e alojamento, qual o orçamento previsto e a primeira entidade a se deslocar.-----

---Respondendo, a Senhora Vereadora Madalena Nunes referiu que o apoio será prestado pelos utentes da Universidade Sénior do Funchal, ao nível de informações sobre alojamento, alimentação, museus a visitar, entre outros. Referiu também que não há orçamento porque não existem custos para a Câmara Municipal, pois os encargos serão da responsabilidade dos estudantes. Referiu ainda que, a primeira deslocação será da Universidade Sénior de Oeiras ao Funchal, em data a definir pela mesma.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, sugeriu que o ponto cinco fosse reformulado por forma a ficar claro que o custo com deslocações é dos próprios utentes, acabando com quaisquer dúvidas.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade, a

proposta de deliberação que abaixo se transcreve, com alteração à redação do ponto cinco do protocolo, o qual fica a fazer parte desta ata como anexo (A).-----

---“Na nossa perspetiva, a relação entre Universidades Seniores sairá reforçada com a celebração de parcerias entre elas. Tais parcerias para serem eficazes, necessitam de funcionar na base de uma carta de princípios de responsabilidades partilhadas, e devem ser formalizadas por projetos ou protocolos. Após analisada a Carta de Princípios da Universidade Sénior de Oeiras, constatou-se que incorpora vários dos princípios seguidos pela Universidade Sénior do Funchal no estabelecimento de relações com outras entidades, a saber: “constituir uma base sólida de trabalho conjunto para um melhor aproveitamento da relação entre as duas instituições; alargar visões e capacidades de observação e reflexão das comunidades das duas universidades através das atividades a desenvolver; contrariar a reduzida prática de intercâmbio, de falta de diálogo e de partilha de experiências entre comunidades de universidades seniores; promover diferentes atividades promotoras do bem-estar das comunidades das entidades parceiras; intensificar a informação das e entre as instituições ligadas através desta parceria”. As atividades que este tipo de parcerias pode incluir estarão no âmbito da assistência e eventual participação em aulas de ambas as instituições; passeios culturais e de convívio; assistência e participação em espetáculos diversos (musicais, teatrais, outros); divulgação de património diverso da região sede



de cada uma das universidades seniores; outras atividades que se considerem pertinentes. No âmbito de deslocações para visitas, considera-se uma mais-valia o facto de a entidade visitada poder prestar apoio na identificação de meios, nomeadamente alojamento, alimentação e transporte local. Na sequência do exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal do Funchal delibere estabelecer com a Universidade Sénior de Oeiras um protocolo de colaboração, cuja proposta de texto se apresenta em anexo”.

## **2 – TRÂNSITO:**

**Criação de uma nova Zona de Moradores no Caminho da Fé (Zona 27):** - A Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação da Divisão de Mobilidade e Trânsito (ref<sup>a</sup> 10/MN/DIT/2015), aprovar a criação de uma nova Zona de Moradores no Caminho da Fé (Zona 27), que deverá incluir os moradores do Caminho da Fé, Escadas da Fé e Entrada número vinte e oito (28).

## **3 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:**

**Aquisição de Serviços de “Representação Judicial do Município do Funchal na execução proposta pelo Ministério Público, em que são contrainteresados Tiago Sousa e Outros (proc.º 31/08.2BEFUN-A)” – parecer prévio:** - Em face do respetivo processo (ref<sup>a</sup> 29/DJF/2015), a Câmara deliberou, por unanimidade, dar parecer prévio favorável ao procedimento referido em epígrafe, a celebrar com Rui Pinto & Associados, no

valor de € 3.680,00 (três mil seiscientos e oitenta euros) acrescido de IVA.-----

----- - **Prestação de Serviços de “movimentação de terras e entulhos para vazadouro público” – parecer prévio:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, perante o respetivo processo (ref<sup>a</sup> 019/DOP/2015), dar parecer prévio favorável ao procedimento acima referenciado, no valor de € 22.885,00 (vinte e dois mil oitocentos e oitenta e cinco euros), acrescido de IVA.-----

#### **4 – REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:**

----- - **Área de Recrutamento dos Titulares de Cargos de Direção Intermédia de 3º grau – Definição das Áreas de Licenciatura Adequada:** - O Senhor Presidente fez a apresentação da proposta que abaixo se transcreve, para posterior envio à Assembleia Municipal:-----

---“Considerando: I. Que a Assembleia Municipal, em sessão realizada a 19 de dezembro de 2014, aprovou, por proposta formulada pela Câmara Municipal na sua reunião de 11 de dezembro de 2014, o modelo de estrutura orgânica, a Estrutura Nuclear, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, o número máximo de equipas de projeto e o número máximo de subunidades orgânicas, conforme dispõe o artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro; II. Que na mesma sessão da Assembleia Municipal, igualmente sob proposta da Câmara Municipal, foram definidas, em conformidade com o nº 3, do artigo 4º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, as competências, a área, os

requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e o período de experiência profissional exigido, bem como a respetiva remuneração, aplicáveis aos dirigentes intermédios de 3º grau; III. Que em reunião da Câmara Municipal realizada em 8 de janeiro de 2015, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal, foi aprovada a Estrutura Flexível composta por 23 Divisões Municipais e 4 Unidades, bem como as suas designações e competências. IV. Que foram publicados na 2ª Série do Diário da República os avisos que publicitam as deliberações anteriormente referidas, designadamente no dia 10 de fevereiro de 2015 o Despacho nº 1400/2015, que publicita a aprovação do Modelo de Organização Interna e Estrutura Nuclear dos Serviços do Município do Funchal, e no dia 11 de fevereiro de 2015 o Despacho nº. 1469/2015, que publicita a aprovação da Estrutura Flexível. V. Que nos termos do disposto na alínea c), do nº 3.1, da deliberação tomada na Assembleia Municipal de 19 de dezembro, torna-se necessário definir as áreas de licenciatura adequadas para o provimento dos cargos de direção intermédia de 3º grau; VI. Que nos termos do disposto da alínea o), do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais. Propõe-se que a Câmara Municipal do Funchal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime

Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal do Funchal a aprovação das seguintes áreas de licenciatura consideradas adequadas a cada uma das Unidades Orgânicas dirigidas por titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau:

1. Unidade de Mercados, dependente do Departamento de Economia e Cultura – Licenciatura nas áreas de engenharia civil, arquitetura, gestão ou economia;
2. Unidade de Auditoria Interna – Licenciatura nas áreas de auditoria, gestão, economia, contabilidade, finanças, qualidade, segurança no trabalho, sistemas de informação ou gestão de recursos humanos;
3. Unidade de Democracia Participativa e Cidadania – Licenciatura nas áreas de direito ou ciências políticas”.

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com abstenção do PSD e do CDS/PP.

---A presente deliberação é, ao abrigo do disposto no número três do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e do número três do artigo vinte um do Regimento das Reuniões, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.

----- - **Designação dos Júris dos Concursos para Cargos de Direção Intermédia de 1.º grau (Diretor de Departamento):** - Foi submetida à apreciação da Câmara, para posterior envio à Assembleia Municipal, a proposta de deliberação que abaixo se transcreve:

---“Considerando que: **I.** No Organograma deste município se encontram previstas as Unidades Orgânicas – Departamento de Recursos Humanos e Modernização Administrativa; Divisão de Recursos Humanos; Divisão de Atendimento e Administração; Divisão de Sistemas de Informação; - Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial; Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento; Divisão de Patrimônio e Controle; Divisão de Contabilidade e Finanças; - Departamento de Infraestruturas e Equipamentos; Divisão de Obras Municipais e Conservação; Divisão de Águas e Saneamento Básico; Divisão de Edifícios e Equipamentos; Divisão de Gestão de Frota; - Departamento de Ordenamento do Território; Divisão de Planeamento e Regeneração Urbana; Divisão de Gestão Urbanística; Divisão de Mobilidade e Trânsito; - Departamento de Ambiente; Divisão de Remoção de Resíduos; Divisão de Limpeza Urbana; - Departamento de Ciência e de Recursos Naturais; Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos; Divisão de Conservação da Natureza e Recursos Naturais; - Departamento de Educação e Qualidade de Vida; Divisão de Desenvolvimento Social; Divisão de Juventude, Desporto e Envelhecimento Ativo; - Departamento de Economia e Cultura; Divisão de Cultura e Turismo; - Departamento Jurídico e de Fiscalização; Divisão Jurídica; Divisão de Fiscalização Municipal; - Bombeiros Municipais (equiparado para todos os efeitos a Departamento); - Serviço Municipal de Proteção Civil (equiparado para todos os efeitos legais a Departamento); e Divisão

de Estudos e Estratégia. **II.** A maior parte daquelas Unidades Orgânicas se encontram asseguradas em regime de substituição, conforme meu despacho de 11 de fevereiro de 2015; **III.** Por razões de operacionalidade dos serviços e racionalização dos meios e em virtude de se encontrar a decorrer desde aquela data o prazo estabelecido para o regime de substituição previsto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, urge proceder à abertura dos procedimentos concursais para provimento dos cargos de diretor de departamento numa primeira fase, e dos restantes cargos logo de seguida; **IV.** O júri de recrutamento é designado, nos termos do n.º 1, do art.º 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; **V.** O júri de recrutamento é composto por um presidente e dois vogais, sendo **o Presidente designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal e os vogais designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica**, conforme dispõem os n.ºs 2 e 3, do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto; **VI.** Só após a aprovação das designações dos júris de recrutamento pela Assembleia Municipal, se poderá proceder à abertura dos procedimentos concursais, em questão. **Proponho:**

Que, para os procedimentos concursais para provimento dos cargos de direção intermédia infra referidos, sejam designados os seguintes júris de recrutamento: **1** - Para o cargo de direção intermédia de 1.º grau relativo ao **Departamento de Recursos Humanos e Modernização Administrativa: Presidente** – Professor Doutor Nuno Jardim Nunes, docente na Universidade da Madeira. **1.º vogal efetivo** – Dra. Luísa Raquel Viana Brazão Lopes, Diretora, em regime de substituição, do Departamento de Economia e Cultura do Município do Funchal. **2.º vogal efetivo** – Dr. António Miguel Ferreira Ribeirinho, Chefe de Divisão de Gestão de Desenvolvimento de Recursos Humanos no Município de Pombal. **2** - Para o cargo de direção intermédia de 1.º grau relativo ao **Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial: Presidente** – Professor Doutor Ricardo João Nunes dos Santos Cabral, Vice-Reitor da Universidade da Madeira. **1.º vogal efetivo** – Dra. Filomena Fátima Marcos Pita Fernandes, Diretora, em regime de substituição, do Departamento Jurídico e de Fiscalização do Município do Funchal. **2.º vogal efetivo** – Dr. António Miguel Ferreira Ribeirinho, Chefe de Divisão de Gestão de Desenvolvimento de Recursos Humanos no Município de Pombal. **3** - Para o cargo de direção intermédia de 1.º grau relativo ao **Departamento de Infraestruturas e Equipamentos: Presidente** – Engenheiro Hugo Teodoro Brazão Reis, ex-dirigente do Município do Funchal, reformado. **1.º vogal efetivo** – Dra. Filomena Fátima Marcos Pita Fernandes, Diretora em regime de substituição do

Departamento Jurídico e de Fiscalização do Município do Funchal.

**2.º vogal efetivo** – Eng. Ruben Dinarte Abreu, gestor da rede oeste da Empresa de Eletricidade da Madeira. **4** - Para o cargo de direção intermédia de 1.º grau relativo ao **Departamento de Ordenamento do Território: Presidente** – Professor Doutor Jorge Carvalho, Doutorado em Ciências Aplicadas ao Ambiente, docente reformado.

**1.º vogal efetivo** – Dr. António Miguel Ferreira Ribeirinho, Chefe de Divisão de Gestão de Desenvolvimento de Recursos Humanos no Município de Pombal. **2.º vogal efetivo** – Eng. Duarte Jorge Jervis Pereira Fernandes, Diretor, em regime de substituição, do Departamento de Equipamentos e Infraestruturas do Município do Funchal. **5** - Para o cargo de direção intermédia de 1.º grau relativo ao **Departamento de Ambiente: Presidente** – Dr. Miguel Pinto da Silva Menezes de Sequeira, docente na Universidade da Madeira.

**1.º vogal efetivo** – Dr. Manuel José Conceição Biscoito, Diretor, em regime de substituição, do Departamento de Ciência e Recursos Naturais da Câmara Municipal do Funchal. **2.º vogal efetivo** – Dr. António Miguel Ferreira Ribeirinho, Chefe de Divisão de Gestão de Desenvolvimento de Recursos Humanos no Município de Pombal. **6** - Para o cargo de direção intermédia de 1.º grau relativo ao **Departamento de Ciência e de Recursos Naturais: Presidente** – Dr. Miguel Pinto da Silva Menezes de Sequeira, docente na Universidade da Madeira. **1.º vogal efetivo** – Dra. Iolanda Catarina Gomes Pestana do Vale Lucas, Diretora, em regime de substituição, do Departamento de Educação e Qualidade de Vida



do Município do Funchal. **2.º vogal efetivo** – Dr. António Miguel Ferreira Ribeirinho, Chefe de Divisão de Gestão de Desenvolvimento de Recursos Humanos no Município de Pombal. **7** - Para o cargo de direção intermédia de 1.º grau relativo ao **Departamento de Educação e Qualidade de Vida: Presidente** – Dr. Maria Margarida Pinto Ramos, Licenciada em Engenharia Civil, docente aposentada. **1.º vogal efetivo** – Professor Doutor Frank Thomas Usler Dellinger, docente na Universidade da Madeira. **2.º vogal efetivo** – Dra. Elma Cristina Ornelas Vasconcelos, licenciada em gestão e administração pública, Chefe de Divisão Administrativa e Recursos Humanos, em regime de substituição, na Câmara Municipal de Porto Santo. **8** - Para o cargo de direção intermédia de 1.º grau relativo ao **Departamento de Economia e Cultura: Presidente** – Dr. Maximiano Alberto Rodrigues Martins, licenciado em Economia, Deputado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. **1.º vogal efetivo** – Dra. Joana Patrícia Vieira e Castro, Licenciada em Gestão, Técnica Superior da Câmara Municipal de Machico. **2.º vogal efetivo** – Dr. António Miguel Ferreira Ribeirinho, Chefe de Divisão de Gestão de Desenvolvimento de Recursos Humanos no Município de Pombal. **9** - Para o cargo de direção intermédia de 1.º grau relativo ao **Departamento Jurídico e de Fiscalização: Presidente** – Dr. Simplício Nóbrega Mendonça, advogado, vogal do Conselho Geral da Ordem dos Advogados. **1.º vogal efetivo** – Dr. João Trindade Pereira Neto, Chefe da Divisão, em regime de substituição, de

Recursos Humanos, no Município do Funchal. **2.º vogal efetivo** – Dra. Márcia Filipa Andrade Melim de Gois, licenciada em direito, Técnica Superior na Câmara Municipal de Machico. **10** - Para o cargo de direção intermédia de 1.º grau relativo aos **Bombeiros Municipais** (equiparado para todos os efeitos a Departamento): **Presidente** – Engenheiro Paulo Marcos Palrilha, Comandante de Bombeiros da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, em regime de substituição. **1.º vogal efetivo** – Eng. Rui Alberto Faisca Figueira, Diretor, em regime de substituição, do Serviço Municipal de Proteção Civil no Município do Funchal. **2.º vogal efetivo** – Dr. Moisés Ascensão Marques, licenciado em administração pública, Técnico Superior no Município do Funchal. **11** – E, para o cargo de direção intermédia de 1.º grau relativo ao **Serviço Municipal de Proteção Civil** (equiparado para todos os efeitos legais a Departamento): **Presidente** – Engenheiro Paulo Marcos Palrilha, Comandante de Bombeiros da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, em regime de substituição. **1.º vogal efetivo** – Dra. Márcia Filipa Andrade Melim de Gois, licenciada em direito, técnica Superior no Município de Machico. **2.º vogal efetivo** – Dr. João Trindade Pereira Neto, Chefe da Divisão, em regime de substituição, de Recursos Humanos no Município do Funchal. **Suplentes:** Para assunção das funções de suplentes dos vogais efetivos, e de forma a assegurar que a tramitação dos procedimentos concursais decorre com normalidade e sem atrasos, propõe-se que o Dr. Jorge Soares, o

Dr. João Neto, o Dr. Moisés Marques, a Dra. Olga Ribeiro e o Eng. Duarte Jervis, todos pertencentes ao Mapa de Pessoal deste Município, possam substituir qualquer dos vogais dos júris acima mencionados em caso de ausência ou impedimento, sem prejuízo dos próprios impedimentos a que eventualmente possam estar sujeitos. **Face a tudo o que se acaba de valorar, propõe-se que o Órgão Executivo aprove a presente proposta e delibere no sentido de a remeter à próxima sessão da Assembleia Municipal para que autorize as designações dos júris supra mencionados, considerando-se assim cumpridos os requisitos previstos no n.º 1, do art.º 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto**".-----

---O Senhor Presidente fundamentou a proposta, dizendo que numa primeira fase irão ser abertos os concursos para os diretores de departamentos, sendo que o processo envolverá elementos externos à Câmara Municipal.-----

---O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, sugeriu o adiamento da votação deste documento, justificando que a presente semana foi atípica devido ao carnaval, deixando pouco tempo para proceder à sua análise. Questionou ainda se os documentos iriam a tempo da reunião da Assembleia Municipal tendo em conta que a conferência de líderes é na próxima segunda-feira, acrescendo os oito dias de publicitação do Edital da Assembleia Municipal. Terminou dizendo que antes havia um intervalo de duas reuniões e por isso a sua dúvida.-----

---A pedido do Senhor Presidente, a Senhora Dra. Andreia Caetano explicou que, segundo o Regimento da Assembleia Municipal, a ordem de trabalhos para as sessões da Assembleia Municipal tem de ser enviada com oito dias de antecedência, pelo que serão cumpridos os prazos, tendo o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, respondido que sendo assim, nada tinha a opor sobre o agendamento. Contudo, insistiu que o documento deveria ser melhorado e que a Lei refere um conjunto de requisitos para que este ato administrativo, que é, seja fundamentado. Disse que conhece os funcionários do Município propostos para integrarem os júris, mas não os restantes. Há um elemento que estará em seis júris, identificando o Dr. Ribeirinho, da Câmara de Pombal, que foi o adjudicatário da prestação de serviços para a atual nova Lei Orgânica e daí as suas dúvidas. Terminou dizendo que, como ato administrativo, a proposta não está fundamentada de facto, por não se saber e não estar escrito quem são as pessoas, para avaliar do seu mérito e restantes requisitos legais.-----

---O Senhor Presidente respondeu que se há dúvidas poderiam ser colocadas e esclarecidas na reunião, mas que deveria ser votado o documento porque quer dar urgência a este processo no seguimento do que em reuniões anteriores foi proposto pelo PSD. --

---O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, pediu a palavra, repetindo que, como ato administrativo, deve ser fundamentado. Deveria estar junto as razões de facto que levaram a escolher estes membros do júri, juntando os seus currículos. Nada tem a opor

aos funcionários da Câmara, que conhece, mas de qualquer modo deveria igualmente constar os currículos e os fundamentos para a sua escolha, sendo que em relação aos outros, alguns deles, nada sabe. “O reconhecido mérito profissional é feito em princípio pelas ordens profissionais e com exceção do Dr. Simplício, nada mais temos. Existem, ao que sabemos, muitas pessoas do Governo Regional com essas competências e que não fazem parte. No entanto, há um deputado da Assembleia Legislativa que, sem estar em causa a pessoa, não parece ser o mais correto para garantir isenção do júri. O documento deveria ser melhorado. Está a acontecer como aquando da discussão do orçamento, em que foi tomada idêntica posição de manter o documento, dizendo depois que o PSD não apresentava propostas. Hoje propomos alterações e não aceitam”, afirmou.-----

---O Senhor Presidente referiu que a deliberação cumpria com todos os requisitos legais, num processo absolutamente transparente. As personalidades convidadas são de inegável competência, qualificação e experiência profissional, pelo que não aceita tentativas de desmerecer as pessoas.-----

---Pedindo a palavra, a Senhora Vereadora do PSD, Vanda de Jesus, na continuidade do que foi dito pelo seu colega Bruno Pereira, questionou, como exemplo, a que propósito para o concurso do Departamento de Educação e Qualidade, tinha no júri uma engenheira civil e um biólogo e ninguém da área social, ao que a Senhora Vereadora da Mudança, Madalena Nunes,

respondeu que a engenheira proposta para presidente do júri, nunca pertenceu à respetiva ordem, tendo trabalhado sempre na área social e de gestão educativa, sendo uma personalidade de enorme competência e reputação na área.-----

---Ainda, usando da palavra a Senhora Vereadora do PSD, Vanda de Jesus referiu que tem sido prática na Administração Pública que os membros dos júris sejam pessoas relacionadas com as áreas e/ou formação; disse que ela própria, durante cerca de quinze anos, participou em júris e sempre o fez nas áreas afins à sua formação e por isso deixou claro não concordar com grande parte das pessoas que são propostas, por causa da sua formação e/ou atividade. E para concluir, disse considerar ridículo a explicação dada pela Senhora Vereadora Madalena Nunes quando esta referiu que a escolha do biólogo recaiu pela sua sensibilidade.-

---O Senhor Presidente realçou a importância da celeridade do processo, referindo inclusivamente que o PSD já anteriormente tinha solicitado o mesmo.-----

---O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, ripostou dizendo que tem uma questão de fundamentação do artigo referente à elaboração do júri dos concursos. Venceu que do ponto de vista administrativo, os atos devem ser fundamentados e acompanhados de uma resenha bibliográfica dos membros do júri, não tendo verificado convites a algumas ordens ou a outras instituições públicas regionais, questionando a colocação de um deputado regional nas listas que entende não ser correto nem ético, assim

como a inclusão de um membro de uma Câmara fora da Região.----

---O Senhor Presidente informou que, segundo a lei, não era necessário convidar elementos externos, mas que assim o foi de modo a mostrar a isenção do processo.-----

---No seguimento da questão, o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, afirmou que no passado, e que fique registado em ata, estes procedimentos já eram feitos com elementos externos.-----

---Ainda sobre este assunto, a Senhora Vereadora do PSD, Vanda de Jesus, questionou sobre a licenciatura de um membro de júri convidado relativamente ao Departamento de Educação e Qualidade de Vida, ao que a Senhora Vereadora da Mudança, Madalena Nunes, respondeu explicando o percurso profissional do mesmo.-----

---Neste propósito, os vereadores do PSD voltaram a solicitar mais tempo para análise do documento, questionando sobre a urgência da votação do mesmo.-----

---O Senhor Presidente voltou a reforçar a celeridade do processo, solicitada inclusive pelos vereadores do PSD, perguntando o porquê da tentativa de impedimento da votação do referido documento, e que a informação disponibilizada no mesmo é a normal nestes processos de recrutamento.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, afirmou que o documento também lhe suscitou algumas dúvidas, desejando que os recrutamentos sejam os mais transparentes possíveis, inquirindo a presença nestas listas de um elemento que

foi consultor no processo da nova orgânica da Câmara Municipal.--

---O Senhor Presidente explicou que recorreram a outras Câmaras da Região e que não existe incompatibilidade na presença do elemento que foi consultor na nova orgânica.-----

---O Senhor Vereador da CDU, Ênio Martins, frisou que compartilhava de algumas das preocupações colocadas pelos intervenientes anteriores. Embora não conhecendo muitas das pessoas propostas para integrarem os júris, não colocava em causa as competências técnicas ou outras das mesmas, nem a sua capacidade para decidirem nestas matérias. Disse que, embora com reservas, votaria a favor da proposta.-----

---O Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, questionou ainda sobre os custos de deslocação deste elemento que reside fora da Região e se estão previstas ajudas de custo, tendo o Senhor Presidente respondido que existem ajudas de custo previstas na lei para este tipo de situações.-----

--- - Colocado à votação, foi aprovado, por maioria, com os votos contra do PSD e abstenção do CDS/PP.-----

---A presente deliberação é, ao abrigo do disposto no número três do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e do número três do artigo vinte um do Regimento das Reuniões, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

## **5 – EMPRESAS MUNICIPAIS:-----**

----- - **Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços**



**Públicos. E.M. – Designação de Fiscal Único:** - Considerando o ofício da Empresa Municipal Frente MarFunchal, E.M. sobre o término do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas (ROC), e a realização do procedimento efetuado para contratação de novos prestadores do mesmo serviço, a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto no número três do artigo vinte seis da Lei número cinquenta/dois mil e doze, de trinta e um de agosto, propor à Assembleia Municipal a designação de fiscal único da Empresa Municipal Frente MarFunchal, E.M., a Empresa UHY & Associados, SROC, Lda., com a remuneração de € 3.492,00 (três mil quatrocentos e noventa e dois euros)/ano.-----

---A presente deliberação é, ao abrigo do disposto no número três do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e do número três do artigo vinte um do Regimento das Reuniões, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

----- - **SocioHabitaFunchal–Empresa Municipal de Habitação, E.M. – Designação de Fiscal Único:** - Acompanhada do respetivo processo, foi presente a proposta de deliberação do seguinte teor:--  
---“Considerando que: Os estatutos da empresa municipal “SOCIOHABITAFUNCHAL – Empresa Municipal de Habitação, E.M.” determinam, no seu artigo 14º, que o mandato dos órgãos sociais é de quatro anos, coincidindo com o dos órgãos do Município do Funchal; De acordo com o disposto no número 3 do

artigo 26º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o fiscal único da empresa local, sob proposta do órgão executivo; Tal como estipula o número 5 do artigo 25º da mesma lei, o fiscal único das empresas locais é obrigatoriamente um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas; A empresa municipal “SOCIOHABITAFUNCHAL – Empresa Municipal de Habitação, E.M.” efetuou procedimento concursal para determinar o fiscal único; A Câmara Municipal do Funchal delibera: 1 – Propor à Assembleia Municipal a designação, como fiscal único da “SOCIOHABITAFUNCHAL – Empresa Municipal de Habitação, E.M.”, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “BDO & Associados, SROC, Lda.”, pessoa coletiva 501340467, com sede à Avenida da República, nº 50, 10º, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, Lisboa, representada por João Paulo Torres Cunha Ferreira, casado, natural da freguesia da Sé, Município do Porto, titular do cartão de cidadão nº 5928030, residente à Avenida da República nº 1583, 3º B, 2775-275 – Parede, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 956, fixando a sua remuneração em € 3.750,01 (três mil setecentos e cinquenta euros e um cêntimo) anuais, acrescido de IVA à taxa aplicável, de acordo com a sua proposta que se anexa: 2 – Propor à Assembleia Municipal a designação, como suplente, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.”, pessoa coletiva 505062612, com sede à Avenida Miguel Bombarda,

nº 36, 6º A, Lisboa, representada por António Salvador de Abreu, casado, natural de Guifões, Matosinhos, BI 3301744, residente à Rua Velha da Ajuda, nº 91, 1º, Funchal, inscrito na lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 808, fixando a sua remuneração em € 6.000,00 (seis mil euros) anuais, acrescido de IVA à taxa aplicável, de acordo com a sua proposta que se anexa”.-

--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

---A presente deliberação é, ao abrigo do disposto no número três do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e do número três do artigo vinte um do Regimento das Reuniões, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

#### **6 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----**

----- - **Voto de Louvor aos funcionários que cessaram funções enquanto dirigentes da Câmara Municipal do Funchal:** - O

Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, fez a apresentação do Voto de Louvor aos funcionários que cessaram funções de chefia, que abaixo se transcreve, dizendo que as instituições vivem das pessoas e merecem este louvor pelo seu empenho e dedicação à causa pública e ao trabalho desenvolvido em prol do Município.----

---“Considerando a recente aprovação da nova estrutura orgânica da Câmara Municipal do Funchal; Considerando que, por opção política, a entrada em vigor da nova estrutura orgânica, determinou, a cessação das comissões de serviço dos dirigentes municipais em funções; Considerando que uma grande maioria

desses dirigentes, dedicaram a sua carreira profissional à Cidade do Funchal com elevado brio; Os Vereadores do Partido Social Democrata à Câmara Municipal do Funchal propõem a seguinte deliberação: 1. O Município do Funchal louva o profissionalismo e dedicação demonstrados pelos seguintes funcionários, no exercício das suas funções enquanto dirigentes na Câmara Municipal do Funchal e que cessaram recentemente funções: **Diretor do Departamento de Planeamento Estratégico** - Eng.º Jorge Afonso Correia Pinto Pereira Freitas; Chefe de Divisão de Ordenamento e Projetos Especiais - Arq.º Luís Manuel Xavier Xavier; Chefe de Divisão de Planeamento Urbanismo - Arq.º Rodrigo Oliveira Leitão Cascais; Chefe de Divisão do Gabinete de Informação Geográfica - Dra. Luísa Raquel Viana Brazão Lopes; Chefe de Divisão da Assessoria Jurídica - Dra. Ana Rita Lapido Rodrigues Rogado Quintino. **Diretora do Departamento Jurídico** - Dra. Filomena Fátima Marcos Pita Fernandes; Chefe de Divisão de Assessoria Jurídica - Dr. José Jorge Faria Soares; Chefe de Divisão de Aquisição e Alienação de Imóveis - Dra. Ana Mafalda Sousa. **Diretor do Departamento Financeiro** - Dr. José Paulino Carvalho Ascensão; Chefe de Divisão de Planeamento Financeiro - Dra. Olga Maria Bettencourt Simões Ribeiro Camacho; Chefe de Divisão de Administração Financeira - Dra. Marlene Fernandes Jesus; Chefe de Divisão de Aprovisionamento - Dr. Antonio Sérgio Castro Santos Figueira; Chefe de Divisão de Tesouraria - Maria Arlinda Catanho Silva; Chefe de Divisão de Controlo de Gestão - Dra. Micaela

Cristina Fonseca Freitas Nunes; Chefe de Divisão de Gestão da Frota - Eng.º Adelino Teodoro Sousa Filipe; Chefe de Divisão de Manutenção de Equipamentos - Eng.º Manuel Armando Silva.

**Diretor do Departamento de Cultura Turismo e Desporto** - Dra. Maria Teresa Freitas Brazão; Chefe de Divisão de Biblioteca e Museus - Dra. Alexandra David Santos Canha; Chefe de Divisão de Turismo - Dra. Susana Isabel Pavão M Bradford; Chefe de Divisão de Desporto - Dr. Duarte Nélio Dias Oliveira.

**Diretora do Departamento de Educação e Promoção Social** - Dra. Iolanda Catarina Gomes P Vale Lucas; Chefe de Divisão de Ação Social - Dr. Ferdinando José Jesus Canha Jardim; Chefe de Divisão da Juventude - Dra. Ana Sofia Rodrigues Fernandes.

**Diretor do Departamento de Proteção Civil e Bombeiros** - Dr. Nelson Bettencourt; Chefe de Divisão de Análise de Riscos e Planeamento - Eng.º Rui Alberto Faísca Figueira.

**Diretor do Departamento Administrativo** - Dr. Rui Emanuel Sousa Abreu; Chefe Divisão de Administração Geral - Dra. Mariana Branco Matos; Chefe de Divisão de Fiscalização Municipal - Dr. Manuel Rafael Mendes Lopes; Chefe de Divisão de Arquivos - Dra. Maria Graça Carvalho Amaral; Chefe de Divisão de Atendimento e Informação - Dra. Sandra Maria Santos Assunção Nóbrega.

**Diretora do Departamento de Sistemas e Tecnologias de Informação** - Dra. Maria Lígia Afonso Figueira.

**Diretor do Departamento de Contratação Pública** - Dr. Ilídio Américo Silva; Chefe de Divisão de Concursos - Dr. António Pereira Neto; Chefe de Divisão de

Contratação e Notariado - Dr. Francisco Miguel Teixeira Félix de Sousa. **Diretor do Departamento de Recursos Humanos** - Dr. João Trindade Pereira Neto; Chefe de Divisão de Gestão Administrativa de Recursos Humanos - Dr. Moisés Ascensão Marques; Chefe de Divisão de Assessoria Jurídica de Recursos Humanos - Dra. Susana Maria Rebelo A F Figueiredo; Chefe de Divisão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - Dra. Rubina Marta Morna Cabral Sousa. **Diretor do Departamento de Ciência** - Dr. Manuel José Conceição Biscoito; Chefe de Divisão do Museu de História Natural do Funchal - Dr. Rui Ricardo Pereira Araújo Correia; Chefe de Divisão de Estação de Biologia Marinha do Funchal - Dra. Teresa Mafalda Gonçalves Jardim de Freitas Araújo. **Diretor do Departamento de Urbanismo** - Dr. Júlio Menezes Gouveia; Chefe de Divisão de Informação Estratégica - Arq.º José Lino Rodrigues da Paixão; Chefe de Divisão Administrativa de Gestão Urbanística - Dra. Rosa Natália Pontes Vieira Marques; Chefe de Divisão de Análises de Projetos e Condicionamentos - Arq.º Carlos Eduardo Pereira Madruga da Costa; Chefe de Divisão de Gestão Urbanística Centro - Arq.<sup>a</sup> Idalina Francisca G. Silva Lopes Abreu; Chefe de Divisão de Gestão Urbanística Leste - Arq.º Herberto Bruno Freitas Mendes; Chefe de Divisão de Gestão Urbanística Oeste - Arq.<sup>a</sup> Regina Carla Severim Martins Homem de Gouveia; Chefe de Divisão de Fiscalização Urbanística - Eng.º Jorge Amâncio Leça Graterol; Chefe de Divisão do Gabinete do Centro Histórico - Arq.<sup>a</sup> Maria Alexandra Gonçalves

Gouveia; Chefe de Divisão do Gabinete Técnico das Zonas Altas - Arq.<sup>a</sup> Filipa Alexandra Fernandes de Sousa; Chefe de Divisão de Assessoria Jurídica - Dra. Ana Cristina Dinis Figueira Gouveia Freitas Nogueira. **Diretor do Departamento de Obras Públicas** - Eng.º Duarte Jorge Jervis Pereira Fernandes; Chefe de Divisão de Arruamentos - Eng.º Alexandre Bernardo Soveral Ferreira; Chefe de Divisão de Estudos e Planeamento - Eng.º José Leonardo de Abreu Pernetá. **Departamento de Ambiente** - Chefe de Divisão de Limpeza Urbana - Eng.º Victor Jordão Soares; Chefe de Divisão de Remoção de Resíduos Sólidos - Eng.<sup>a</sup> Graciela Andreia Ramos Sousa. **Departamento de Águas e Saneamento Básico** - Chefe de Divisão de Águas - Eng.º Carlos Miguel Nóbrega Faria; Chefe de Divisão de Águas Residuais - Eng.º Francisco Nélio Faria Barradas Chefe de Divisão de Planeamento e Cadastro - Dr. Luís Miguel Andrade Canada. **Diretor do Departamento de Trânsito** - Eng.º Mário David Figueira Nunes; Chefe de Divisão de Gestão de Trânsito - Eng.<sup>a</sup> Susana Maria Florença Pinto Correia. **Diretora do Departamento de Espaços Verdes** - Arq.<sup>a</sup> Ana Virgínia Arrobe Valente Silva; Chefe de Divisão de Parques e Jardins - Eng.<sup>a</sup> Susana Barbosa; Chefe de Divisão do Parque Ecológico do Funchal - Dr. José Manuel Lopes Rodrigues; Chefe de Divisão de Cemitérios - Eng.<sup>a</sup> Maria Margarida Rodrigues Pitta Groz Dias. 2. Determina que o presente louvor público seja publicitado através de publicação no sítio de internet da autarquia, bem como de publicação em Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira e em

Diário da República através de aviso. 3. Proceder ao arquivo de cópia autenticada do mesmo junto do processo individual de cada um dos referidos funcionários da autarquia, bem como enviar igualmente cópia autenticada para os Serviços públicos de origem dos funcionários, que não pertençam ao quadro de pessoal do Município do Funchal” .-----

---O Senhor Vereador da CDU, Ênio Martins, concordou com o louvor dirigido aos técnicos que cessavam funções, reconhecendo a competência técnica e o seu meritório desempenho ao longo dos anos de serviços prestados. No entanto realçou que a cessação de funções não se devia exclusivamente a opções políticas do atual Executivo Camarário, mas, em grande parte, por questões derivadas da alteração da legislação da responsabilidade do Governo da República e que tinha implicações diretas nesta questão, pelo que considerar somente a opção política não era o mais correto.-----

---O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, interveio dizendo que não está em causa a diminuição de chefias por imposição legal, mas sim louvar pessoas pelo seu desempenho.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, disse que a ser publicado no Diário da Republica não deveria ser referido por proposta dos Vereadores do PSD, mas de toda a Vereação.-----

--- - Colocado à votação, foi unanimemente aprovado.-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas



minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu,  
Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de  
Secretária, a redigi e subscrevo.-----

-----

-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 46/2015, publicada nos locais de estilo